

Ministério da Economia

Secretaria-Geral da Economia

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

PROCEDIMENTO N.º 23/UMC/2025

Serviços de suporte Microsoft através do modelo Unified Enterprise Support

Artigo 1.º

Identificação e objeto do procedimento

1. O presente procedimento reveste a forma de concurso público internacional, previsto e regulado nos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, na sua versão atual, tendo por objeto a aquisição de serviços de suporte Microsoft através do modelo Unified Enterprise Support, para a área governativa da Economia e Mar.
2. O objeto do procedimento é a aquisição de serviços de suporte Microsoft através do modelo Unified Enterprise Support, com a descrição à classificação CPV 72261000-2 “Serviços de assistência em matéria de software”, de acordo com o Regulamento (CE) N.º 213/2008, de 28.11.2007.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Secretaria-Geral da Economia, com o número de pessoa coletiva 600081125, sita na Avenida da República 79, 1069-218 Lisboa.

Artigo 3.º

Preço base

1. O preço base do presente procedimento é € 151 000 (cento e cinquenta e um mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base do presente procedimento foi determinado tendo em consideração procedimentos aquisitivos anteriores com o mesmo objeto com a previsão de aumento dos encargos no âmbito dos serviços de suporte pretendidos.

Artigo 4.º

Especificações técnicas

As especificações técnicas exigidas encontram-se detalhados no caderno de encargos do presente procedimento.

Artigo 5.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar, a autorização da despesa e a abertura do procedimento relativa à Secretaria-Geral da Economia é autorizada pelo Secretário de Estado da Economia, no uso de competências delegadas, exarado por despacho na informação n.º SGE/DSCPP/INF/3256/2025, em 21.03.2025.

Artigo 6.º

Escolha do procedimento

1. O acordo quadro de licenciamento de software e serviços conexos elaborado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. terminou a sua vigência em abril de 2019, não existindo à data um novo Acordo Quadro.
2. Neste sentido, a escolha do procedimento de formação de contrato de aquisição de serviços de suporte Microsoft, através do modelo Unified Enterprise Support é realizada tendo em consideração o valor do procedimento (€ 151 000), aplicando-

se para o presente o concurso público com publicação internacional, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 7.º

Tramitação do procedimento

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública com o endereço <https://www.acingov.pt/>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, a transferência das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
3. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.
4. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, a entidade agregadora e a empresa gestora da plataforma AcinGov apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.
5. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma eletrónica.
6. Em caso de dúvida, deverão os concorrentes contactar a linha de apoio técnico da acinGov 707 451 451 ou apoio@acingov.pt.

Artigo 8.º

Concorrentes

1. No presente procedimento são concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 9.º

Modo e prazo para apresentação de propostas

1. O prazo para entrega das propostas é até às 23h59 do 30.º da data de envio para publicação no Diário da República.
2. A proposta é apresentada diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública da acinGov sita em <https://www.acingov.pt/>.
3. No caso de o prazo da entrega das propostas terminar em dia não útil, o prazo transfere-se para as 10 horas do dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 10.º

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os interessados podem solicitar, ao júri do procedimento, esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 50.º do Código de Contratos Públicos.
2. O júri do procedimento prestará, por escrito, os devidos esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. As retificações e alterações das peças procedimentais devem ser solicitados por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo os interessados apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados às peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Código de Contratos Públicos.
4. O órgão competente para a decisão de contratar, ou aquele em quem este delegue a competência, pode proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica referida e junto às peças do procedimento para consulta.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
7. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
8. Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação ou aceitação de erros ou omissões do caderno de encargos, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.
9. As decisões de prorrogação devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

Artigo 11.º

Documentos da proposta

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - i. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser preenchido de acordo com as informações aí constantes.
 - ii. Documentos que contenham os atributos da proposta em função dos aspetos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência pelo caderno de

encargos, nomeadamente o anexo I do programa do procedimento, com a discriminação do preço total da proposta.

iii. Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos a que se pretende que o concorrente se vincule:

- Descrição dos serviços a prestar;
- Declaração emitida pelo fabricante Microsoft atestando que o concorrente é parceiro elegível para efetuar revenda de Serviços de Suporte Microsoft do modelo “Unified Enterprise Support Partner Model”.

3. Além do enunciado nos números anteriores, o concorrente poderá anexar outra informação relevante que permita completar a proposta.

Artigo 12.º

Idioma dos documentos de proposta

1. Sem prejuízo da possibilidade de recurso a palavras e/ou expressões em língua estrangeira, todos os documentos destinados à apresentação de proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Em função da especificidade das características técnicas dos equipamentos, as fichas técnicas podem ser apresentadas em língua inglesa.

Artigo 13.º

Prazo de manutenção de propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias.

Artigo 14.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do Código de Contratos Públicos.

Artigo 15.º

Leilão e negociação

Não há lugar a leilão eletrónico ou a negociação de propostas, nos termos dos artigos 140.º e 149.º, respetivamente, do Código de Contratos Públicos.

Artigo 16.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é realizada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada na modalidade de monofator, de acordo com a avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, por se considerar face às especificações técnicas constantes nas peças do procedimento, ser o critério idóneo para a seleção de proposta que melhor satisfaça a necessidade das entidades adjudicantes.
2. A adjudicação será efetuada ao concorrente que apresente a proposta com a maior pontuação (com duas casas decimais), resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$Pontuação = \frac{(\text{Preço base} - \text{Preço proposta})}{\text{Preço base}} * 100$$

Artigo 17.º

Critério de desempate

1. Em caso de empate a proposta vencedora será apurada através de sorteio, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, dos quais serão notificados os concorrentes com uma antecedência mínima de três dias úteis.
2. O júri coloca um número de bolas igual ao número de propostas empatadas, com a indicação em cada bola do nome do concorrente, num saco preto, fecha o saco e misturam-se as bolas. Seguidamente procede-se à extração das bolas exibindo-as publicamente, sendo determinada a ordenação das propostas pela ordem de saída das bolas.
3. Do ato do sorteio será lavrada ata, a assinar por todos os presentes.

Artigo 18.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo máximo de cinco dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, na plataforma de contratação AcinGov, os seguintes documentos de habilitação previstos no n.º 1 do artigo 81.º do Código de Contratos Públicos:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código de Contratos Públicos, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código de Contratos Públicos.
 - b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do Código de Contratos Públicos;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do Código de Contratos Públicos;
 - c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 artigo 55.º do Código de Contratos Públicos;
 - d. Certificado do registo criminal de pessoa coletiva;
 - e. Deve ainda, ser junta cópia da certidão de registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de

- administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- f. Declaração de registo central do beneficiário efetivo, se aplicável.
 - g. Indicação do responsável do contrato, com indicação de contacto telefónico e endereço de correio eletrónico.
2. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 3. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14.12, ser apresentados por todos os seus membros.
 4. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
 5. Para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do Código de Contratos Públicos, concede-se o prazo de dois dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86.º do Código de Contratos Públicos.

Artigo 19.º

Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código de Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução.

Artigo 20.º

Celebração do contrato

O contrato será reduzido a escrito, sendo-lhe aplicáveis as normas do artigo 94.º e seguintes do Código de Contratos Públicos.

Artigo 21.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente programa de procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável em razão do objeto do procedimento.

Anexo I
Atributos da proposta
(Disponibilizado em formato Excel na plataforma eletrónica)